



Revista  
Tópicos Educacionais

Revista Tópicos Educacionais

E-ISSN: 2448-0215

revistatopicoseducacionais.ce@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

Rogério da Silva, Karla Kely; Leite Cruz, Fatima Maria  
SENTIDOS DE TRABALHO NAS IMAGENS COMPARTILHADAS POR JOVENS  
APRENDIZES EM PERNAMBUCO  
Revista Tópicos Educacionais, vol. 24, núm. 2, julio-diciembre, 2018, pp. 146-173  
Universidade Federal de Pernambuco

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672770877007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Revista

# Tópicos Educacionais

ISSN: 2448-0215 (VERSÃO ON-LINE)

---

## SENTIDOS DE TRABALHO NAS IMAGENS COMPARTILHADAS POR JOVENS APRENDIZES EM PERNAMBUCO

Senses of work in the images shared  
by apprentices Young in Pernambuco State

Karla Kely Rogério da Silva  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
karla\_psicologia@yahoo.com.br

Fatima Maria Leite Cruz  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
- fatimacruz@yahoo.com

### Resumo

Este artigo apresenta resultados da pesquisa que analisou os sentidos de trabalho compartilhados por jovens do Programa de Aprendizagem Profissional em Pernambuco. O aporte teórico-metodológico foi a Teoria das Representações Sociais. A pesquisa teve duas etapas: na primeira, análise documental e aplicação de questionários de associação livre de palavras sobre trabalho a 40 jovens; e na segunda etapa, 10 jovens fotografaram imagens relacionadas ao trabalho e esse recurso mobilizou entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontaram na análise documental, que o modelo de profissionalização do programa nos pareceu superficial, generalista, a serviço do capital. Na segunda etapa, os sentidos de trabalho emergiram como: *atividade inerente ao ser humano, meio de sobrevivência, ascensão social, independência, responsabilidade coletiva e direito*. Na análise de conteúdo vimos também, ambiguidades e contradições: a correlação entre o trabalho representado como *habilidade inata e os valores morais*, na dimensão simbólica de reconhecimento social e familiar e, ao mesmo tempo, sentidos de *exclusão, desvalorização e ocupação de um não lugar*.

**Palavras-chave:** Juventude; Trabalho; Fotografia; Teoria das Representações Sociais.

## Abstract

This article presents results of the research that analyzed the senses of work shared by young participants of the Professional Learning Program in Pernambuco State. The theoretical-methodological was the Theory of Social Representations. The research had two stages: first, document analysis of the Program and application of word association questionnaires to 40 young people; and in the second stage, 10 young people were asked to photograph work-related images and this resource mobilized semi-structured interviews. The results showed the meanings of work as Activity Inherent to Human Being, Survival way, Social Ascension, Independence, Collective Responsibility and Right. In the documentary analysis, the model of professionalization of the program seemed to us superficial, generalist, at the service of capital. In the second stage, the meanings of work emerged as: inherent human activity, means of survival, social ascension, independence, collective responsibility and law. Content analysis we also saw ambiguities and contradictions: the correlation between work represented as innate ability and moral values, in the symbolic dimension of social and family recognition and, at the same time, meanings of exclusion, devaluation and occupation of a non-place.

**Keywords:** Youth; Work; Photography; Theory of Social Representations;

## Introdução

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE que investigou os sentidos de trabalho contruídos e compartilhados por jovens<sup>1</sup> participantes do programa de aprendizagem profissional em Pernambuco. O trabalho de investigação analisou a relação entre a Política de qualificação e inserção profissional do programa jovem aprendiz e os sentidos de trabalho contruídos e compartilhados por jovens que tiveram seu ingresso no mundo do trabalho por meio desta política<sup>2</sup>.

A pesquisa foi realizada em cinco Entidades Formadoras sem Fins Lucrativos (ESFL), em duas etapas, e adotou-se uma perspectiva plurimetodológica desenvolvida em etapas sucessivas e interligadas, com refinamento progressivo na construção dos dados (CRUZ, 2006). Participaram do estudo, 40 jovens entre 18 e 24 anos, de ambos os sexos, matriculados e frequentando regularmente o curso de aprendizagem profissional.

---

<sup>1</sup> Faz-se necessário esclarecer o posicionamento das autoras no que se refere à igualdade de gênero na escrita do artigo. Assim, em todas as referências adotamos a norma culta da língua portuguesa, embora quando nos referimos “aos Jovens” (no masculino) subentende-se neste trabalho, que nos referimos de modo igualitário “às jovens” (no feminino). Igualmente nas demais terminologias usadas durante o texto tais como: “eles”= “elas”, “os” = “as”, entre outros (ARRAIS, 2017). Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/a-lingua-portuguesa-e-machista-veja-a-resposta-de-um-professor>>. Acesso em: 10 mar. 2018

<sup>2</sup> Lei do jovem aprendiz 10.097, de 19 de dezembro de 2000;

Tópicos Educacionais, Recife, v. 24, n.2, p.146-173, jul/dez. 2018.  
Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/>>

Na primeira etapa, realizamos uma análise documental do Programa Jovem Aprendiz, bem como, usamos fichas sociodemográficas e questionários de associação livre de palavras sobre trabalho tratados pelo *software* EVOC. Neste artigo, apresentaremos os resultados da análise documental da proposta do programa jovem aprendiz, e da segunda fase que adotou entrevistas com os jovens aprendizes, a partir de imagens que fotografaram, e cujas justificativas nos permitiram acessar como representam o que é trabalho.

O uso da fotografia tem se apresentado como um recurso metodológico de pesquisa expressivo e técnica de linguagem de grande aceitação entre jovens. Além disso, a utilização de cenas fotografadas pode ser considerada como um recurso narrativo autônomo que reúne significações e informações a respeito de um fenômeno social (SATO, 2009; BAUER; GASKELL, 2008). Fazendo-se uma articulação sobre o uso de imagens fotográficas e o campo teórico, encontramos em Moscovici (2012) algumas considerações sobre as imagens como representação social, em que estas seriam produções mentais elaboradas pelos sujeitos sociais, fortalecendo a memória social; ademais, é uma maneira de internalizar a realidade externa, considerando que “ O indivíduo leva na memória uma coleção de imagens do mundo em seus diferentes aspectos” (MOSCOVICI, 2012, p.44).

Nosso interesse no estudo, foi lançar um olhar sobre a categoria “Trabalho” por meio da interpretação psicossocial das representações sociais, por acreditar no enquadramento da temática como um fenômeno específico e delimitado dentro da teoria do senso comum, cuja função é dar sentido à realidade social, à produção de identidades, organizando as comunicações e orientando as condutas. Em especial, focamos a juventude por esta estar histórica e socialmente, percebida como uma fase de vida marcada notadamente pela associação a determinados problemas sociais e, só mais recentemente, passou a ser percebida como fonte de lucro para o mercado de lazer e entretenimento e, sobretudo, como potencial de investimento com vistas à formação das novas gerações. Para Pais (1990), os problemas que, contemporaneamente, mais afetam a juventude são derivados, principalmente, da dificuldade de entrada dos jovens no mercado de trabalho, embora a questão das drogas, da delinquência, das dificuldades na escola e do relacionamento familiar, ainda são outros fatores atribuídos aos jovens em geral, e aos das camadas populares, em particular.

Em relação à juventude, não existe um conceito único de juventude e sua complexidade leva a múltiplas concepções e análises histórico-sociais. De acordo com Dayrell (2003), juventude é, simultaneamente, uma condição social e um tipo de representação em que, de um lado existe um caráter universal dadas as transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, e de outro, existem diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse momento do desenvolvimento da vida. De maneira geral, a entrada para essa fase é marcada pelas transformações corporais, psicológicas e de inserção social na vida adulta. Dentro da literatura, muitas são as concepções teóricas surgidas com a pretensão de caracterizar, definir, demarcar e fixar um espaço sociodemográfico e de comportamentos para a categoria juventude.

A perspectiva teórica que adotamos pensa a categoria juventude como construção social e política, na qual existe uma multiplicidade de modos de ser jovem, ou seja, não existe apenas uma juventude, mas *Juventudes*, no sentido plural de possibilidades e vivências juvenis. Neste âmbito, a dimensão do trabalho tem relação significativa com a condição juvenil, pois é através do ingresso no mundo do trabalho que, tradicionalmente, o jovem faz a passagem para a vida adulta e, dessa forma, a inclusão em atividade produtiva e remunerada é simbolicamente considerada um rito de passagem (WATARI; ROMANELLI, 2005).

Discutindo a temática Andrade (2008) observou que nas últimas décadas, em função das intensas transformações produtivas e sociais ocorreram mudanças nos padrões de transição da condição juvenil para a vida adulta, o que vem causando certo retardo na transição de uma fase a outra e se começa a debater, inclusive, a defesa do trabalho infantil, retrocesso da política atual trazendo à tona o que já foi superado em mais de 100 anos atrás. Esses fatores apontam para dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente, os jovens negros, oriundos de camadas populares, no que diz respeito ao primeiro emprego, devido ao aumento da competitividade do mercado e, também, em face à demanda por experiência e exigência por qualificação profissional na nova configuração do mundo do trabalho, além dos marcadores sociais de raça, gênero e classe social que aprofundam as desigualdades sociais no país.

A problemática de pesquisa se constituiu em decorrência dessa nova realidade enfrentada pelo público juvenil e na análise da tentativa de superação da condição de subjugação do jovem, principalmente os que são de camadas populares, que passam a ser

orientados pela Lei do jovem aprendiz 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a possibilidade de o adolescente, a partir dos 14 anos, ter inserção legal no ambiente de trabalho, na condição de aprendiz. A este respeito, a legislação conceitua que “O aprendiz é o adolescente ou jovem entre 14 e 24 anos que esteja matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o Ensino Médio e inscrito em programa de aprendizagem (...)”. (MTE, 2014, p.15). A referida Lei está em consonância com a CLT<sup>3</sup> (Art. 428, caput e § 1º) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, (Art. 60), ao afirmar que: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

Conforme resultado da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS<sup>4</sup>, no intervalo entre 2005 a 2010, a quantidade de jovens inseridos no mercado de trabalho como aprendizes vêm crescendo significativamente, passando de 59,3 mil em 2005 para cerca de 193 mil em 2010. Neste período, o número total chegou a 738,6 mil jovens. Acreditamos que este aumento seja em razão da intensificação da fiscalização pelos auditores às empresas e estabelecimentos, o que gerou uma maior efetivação desta política pública de incentivo à qualificação e inserção profissional de jovens.

Em contrapartida a essa política de inserção social das juventudes, percebe-se que embora já existam leis que regulamentem o acesso ao mundo do trabalho, a relação que o jovem estabelece com o trabalho, em muitos casos, ainda se dá de forma precarizada, informal e sem respaldo legal, o que compromete, em muitos casos, a saúde, a escolarização e seu relacionamento social. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, o Estado de Pernambuco é o segundo no país a ter mais jovens nesta situação, pois são 720 mil pessoas na faixa de 15 a 29 anos que estão sem estudar e sem trabalho formal.

---

<sup>3</sup>CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e sancionada por Getúlio Vargas.

<sup>4</sup>É um Registro Administrativo feito anualmente e foi criada com a finalidade de controle, de estatísticas e de informações para as entidades governamentais da área social.

No tensionamento entre a legislação que garante a possibilidade de trabalho juvenil e o que preconiza uma Política Nacional de Juventude (2006), mais articulada com uma visão democrática de direitos e a segunda, que aponta a garantia de trabalho decente e digno aos jovens, o chamado “estágio” continua sendo apenas um modo de as empresas acessarem mão de obra de relativa qualidade e baixo custo. Nesta situação se tem pouco controle sobre o que essa atividade pode proporcionar ao jovem, em termos de formação e vivência profissional.

Ampliando a discussão sobre a temática do trabalho, se tem sua implicação na constituição do sujeito, ou seja, o trabalho nas sociedades capitalistas envolve uma perspectiva formativa de subjetivação. Segundo Watarai e Romanelli (2005), o trabalho proporciona a transformação da identidade pessoal do jovem, associada à autonomia e à independência financeira, atributos conquistados quando assume a condição de ser trabalhador. A esse respeito, Dayrell (2007) e Sposito (2005) salientam que é por meio do trabalho que muitos jovens podem vivenciar sua juventude, pois a remuneração recebida lhes garante o mínimo de recursos para prover a sua subsistência, como também, para garantir o acesso às atividades sociais e de lazer. A seguir, discorreremos acerca da tematização da categoria trabalho buscando situá-la em seu papel de referência de ocupação de um lugar social dos jovens na sociedade produtiva.

### **A categoria Trabalho: configurações e desafios do mundo do trabalho**

Desde os primórdios da humanidade a relação entre o ser humano e o trabalho é estreita, seja na perspectiva de subsistência o que levou a criar estratégias de sobrevivência como a agricultura, a pesca, a caça, entre outros, seja no processo de criação que tem favorecido o desenvolvimento das sociedades, além do jogo de forças políticas e financeiras que constituíram distintos formatos e modos de organização do trabalho, ao longo do processo civilizatório. Historicamente, o trabalho teve um sentido de sofrimento, dor e desprazer devido aos elementos ideológicos, morais, e religiosos que o envolve e que foram descritos na passagem bíblica: “No suor do teu rosto, comerás o teu pão, até que te tornes à terra (...)” (Gênesis -3:19 parte a). Esse princípio bíblico dissemina a ideia do trabalho com o significado de obrigação, dever e responsabilidade

considerando que “A equiparação entre trabalho e sofrimento não é o de simples cansaço; representa, também, uma condição social” (WOLECK, 2000, p.03).

Diferentemente deste posicionamento e visões sobre o trabalho enquanto uma atividade cansativa e penosa para o ser humano, Dejours (2004) retrata o trabalho como um elemento fundante do ser social, no qual, o trabalho não seria apenas um produto da ação humana, mas, também, é meio pelo qual ocorre a transformação de si mesmo, da subjetividade pela condição de autoria e desenvolvimento dos sujeitos nos processos de criação.

De acordo com Blanch (2003), o capitalismo no século XVIII se constituiu num modo de produção hegemônico, transformando e interferindo no sentido e significado do trabalho que passou de uma atividade parte da vida do ser humano para ser um meio de ganhar a vida. O capitalismo trouxe mudanças econômicas e estruturais provocando alterações significativas no modo como o trabalho era percebido, pois anteriormente, o homem era dono da força do seu trabalho, do processo de produção, de criação, e dos meios para seu sustento. Após o predomínio do capitalismo nas sociedades, o homem passou a vender sua força de trabalho, física ou intelectual, para sobreviver.

Entendendo este movimento podemos situar que as transformações nos processos produtivos trazidas pelo modo de produção capitalista tiveram como consequência para os sujeitos sociais, o desemprego estrutural, em que a classe trabalhadora é pressionada pelo sistema econômico dominante e, embora a situação seja decorrente da estrutura econômica que não absorve todo o contingente de trabalhadores, recai ao sujeito a culpabilização pela situação do não emprego. Por um lado, o sistema que destitui o sujeito no processo de trabalho o responsabiliza por sua permanência/não permanência no mercado de trabalho, o que leva à responsabilização do plano social para o individual. Deste modo, para se manter empregado e inserido no mundo do trabalho, o sujeito é convencido pelo discurso autorizado que deve constantemente buscar atualização de seus conhecimentos, qualificando-se para ser visto pelo mercado capitalista em sua capacidade de empregabilidade. Por outro lado, a despeito dessa super qualificação requerida, não há qualquer garantia de acesso, de permanência e/ou de empregabilidade real, sobretudo, diante da automação e dos processos tecnológicos que diminuem o quantitativo de empregados.



Neste sentido, Frigotto (1998) aponta que o sistema capitalista faz do trabalhador uma mercadoria útil ou não para o mercado. Assim, o agravamento do desemprego estrutural, que leva a crises cíclicas do trabalho assalariado, tornou-se um dos problemas políticos e psicossociais mais sérios da humanidade (FRIGOTTO, 1998, p. 14) e de modo particular, traz implicações à juventude, como se tem, a seguir.

### **Juventudes, o mundo do trabalho e a aprendizagem profissional**

A categoria trabalho embora apresentada como vital para os sujeitos sociais, pois é através dessa atividade que se teria, em tese, o acesso a bens e serviços, tais como lazer, saúde, educação, suprimento de necessidades básicas, entre outras necessidades humanas, nem sempre essa condição de esforço e investimento profissional tem correspondência qualitativa equivalente nas condições e qualidade de vida do trabalhador. Na realidade brasileira, muitos jovens de baixa renda familiar são levados a ocupar atividades laborais precarizadas, pela necessidade de ajudar e/ou garantir a renda familiar, e por conseguinte, colocam em plano secundário, sua educação formal.

Em muitos casos, esses jovens trabalhadores deixam a escola precocemente o que configura a situação de evasão e também de abandono escolar, em razão do cansaço porque, simultaneamente aos estudos, eles desenvolvem jornadas intensas de trabalho. Esta situação foi mais recorrente até a década de 1990, período em que não havia a efetivação de políticas públicas que garantissem acesso à educação escolar e, menos ainda, políticas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho das juventudes, de forma protegida e legal, e que começa a ser reeditado na crise econômica da atualidade.

Diante deste cenário socioeconômico que vem aprofundando as desigualdades sociais no Brasil e da ineficiência das políticas públicas voltadas para as juventudes, mais especificamente as que se referem ao incentivo e acesso à qualificação e inserção profissional, os jovens se depararam por muito tempo, com a falta de oportunidades e baixa qualidade nas condições do ensino nas escolas públicas. Pela necessidade de subsistência, em muitos casos, os jovens se submetem à situação de trabalho precoce, precário e explorado, alargando ainda mais o abismo social que só repete o ciclo da pobreza e amplia a falta de condições que promova a mobilidade social.

Com a eleição de governos populares, no plano nacional e em âmbito local, se teve algumas modificações nesse cenário. A partir do Programa da Aprendizagem Profissional, o cenário juvenil brasileiro tem se modificado. Para o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (BRASIL, 2006) a aprendizagem inicialmente foi uma das modalidades do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). Nesse sentido, o programa tem duas principais funções: a primeira é a fiscalização do cumprimento da cota de 5 a 15% que deve ser obedecida aos jovens, conforme a Lei 10.097/00. Essa ação é de responsabilidade dos auditores fiscais do trabalho, coordenados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). A segunda função é exercida pela Coordenação Geral de Preparação e Intermediação de Mão-de-Obra Juvenil da Secretaria de Política Pública de Emprego (SPPE), a qual desenvolve um trabalho de conscientização, junto às empresas, para que ao cumprirem a legislação de contratação de aprendizes estas incluam, nas seleções, jovens que estejam inscritos no cadastro do PNPE (BRASIL, 2006).

A Lei da aprendizagem foi no ano de 2000, embora a política de inserção de jovens aprendizes já existe desde a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, e na época, apenas as indústrias, comércio, e empresas de transporte e pesca estavam obrigadas a contratar jovens. Só após o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), é que foi regulamentado o trabalho para menores de 16 anos. Para a atual política de aprendizagem profissional é considerado *jovem aprendiz*, aquele com faixa etária entre 14 e 24 anos incompletos, que esteja matriculado e frequentando a escola, regularmente, caso não haja concluído o ensino médio, e com inscrição em programa de aprendizagem. No caso de jovens com deficiência, não haverá limites de idade máxima para contratação (MTE, 2014).

### **Aprendizagem profissional: significados e implicações avaliados na análise documental**

A Aprendizagem Profissional é descrita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2014, p.13) como:

O instituto destinado à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, desenvolvidas por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são implementadas por meio de um contrato de

aprendizagem, com base em programas organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades habilitadas. (Lei nº 8.069 Art. 62 e CLT Art. 428).

Complementando o Art. 62 do ECA, a CLT diz que o contrato de aprendizagem consiste em contrato de trabalho de natureza especial, ajustado por escrito e de prazo determinado, com duração máxima de 2 anos, sendo obrigação do empregador assegurar ao adolescente/jovem na faixa etária entre 14 e 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional metódica e que esteja compatível com seu desenvolvimento moral, psicológico, social e físico. Em contrapartida, o jovem aprendiz, se compromete a executar, com diligência e zelo, as tarefas desenvolvidas para sua formação (CLT, art. 428).

O programa de aprendizagem profissional é desenvolvido por entidade qualificada para essa finalidade<sup>5</sup>. O Ministério do Trabalho e Emprego (2014) ressalta que a aprendizagem profissional é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, uma vez que, prepara o jovem para desempenhar atividades profissionais e dá capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. O programa possibilita às empresas a formação de mão-de-obra qualificada, cada vez mais necessária, em um cenário econômico em permanente evolução e de inserção, cada vez mais veloz, em face das inovações tecnológicas e digitais.

### **A perspectiva psicossocial do estudo dos sentidos do trabalho com o foco das representações sociais**

Como base teórico-metodológica da pesquisa adotamos a Teoria das Representações Sociais. Segundo Jodelet (2001), a referida teoria seria uma maneira de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que contribui para a construção de

---

<sup>5</sup>O manual da aprendizagem diz que as instituições qualificadas para ministrarem os cursos de aprendizagem são: Serviços Nacionais de Aprendizagem ou Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SESCOOP), às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

uma realidade comum a um conjunto social. Para Moscovici (2010), as representações sociais compõem um conjunto organizado de informações, atitudes e crenças que um indivíduo ou um grupo elabora acerca de um objeto, de uma situação, de um conceito, de outros indivíduos ou grupos. Retrata desse modo, uma visão subjetiva e social da realidade, em consonância com a classe social e as instituições a que estão vinculadas, a partir das diversas vias da comunicação.

No *Grand Dictionnaire de La Psychologie*, Jodelet (1991), traz uma definição clássica de Representação Social:

Trata-se de uma forma de conhecimento corrente, dito do “senso-comum”, caracterizado pelas seguintes propriedades: 1. socialmente elaborado e partilhado; 2. tem uma orientação prática de organização, de domínio do meio (material, social, ideal) e de orientação das condutas e da comunicação; 3. participa do estabelecimento de uma visão de realidade comum a um dado conjunto social (grupo, classe, etc) ou cultural. (JODELET, 1991, p.668).

Para Moscovici não existe um saber hierarquizado em que o conhecimento científico se opõe ao conhecimento do Senso Comum. É apenas uma forma de saber diferenciado que se inscreve numa outra ordem de conhecimento da realidade (SANTOS, 2005). De um lado, o conhecimento científico se constrói a partir de dados formalmente delimitados que são etapas do processo do conhecer cientificamente. Do outro, temos o saber do senso comum que sugere uma lógica mais natural, cujo objetivo é orientar condutas, possibilitar a comunicação, compreender e explicar a realidade social, ser justificadora das condutas e tomada de posição do sujeito, assim como, alimentar a questão identitária dos grupos sociais dos quais os sujeitos fazem parte.

O termo Representação Social refere-se ao mesmo tempo à Teoria e ao fenômeno de representação social. Segundo Santos (2005), representação social como objeto de estudo está relacionado ao conhecimento que é produzido pelo senso comum; todavia, não é todo e qualquer conhecimento, mas, aquele que é construído e compartilhado socialmente nas relações sociais, constituindo-se como teoria leiga, no que diz respeito a determinados objetos sociais. Em contrapartida, descreve representação social – na qualidade de Teoria dos fenômenos sociais – tem relação com um modelo teórico, estudo científico que busca compreender e explicar o processo de construção do saber do senso comum.

Fazendo releituras do trabalho de Moscovici (1976), Santos (2005) traz os dois processos fundamentais para construção das RS: *Objetivação* e *Ancoragem*. O primeiro é o processo pelo qual se torna o que era desconhecido em algo familiar para o sujeito, aquilo que era abstrato, em concreto. Já a ancoragem, é o processo que transforma o que era desconhecido e perturbador em algo conhecido, por meio da comparação com categorias já conhecidas pelo sujeito.

Moscovici (2012) faz menção a três aspectos sociais das representações: a primeira é a pressão à inferência, respostas pré-fabricadas que visam assegurar a comunicação e a validade da representação; a segunda é a focalização, que corresponde ao grau de interesse dos sujeitos sociais em relação ao objeto; e o terceiro determinante é a defasagem e dispersão da informação, cuja relação está associada às condições de acesso e exposição do sujeito às informações sobre o objeto.

Nesta pesquisa, as representações sociais foram consideradas como categorias explicativas e que permitiram investigar de que maneira os jovens dão sentido e significado às suas experiências e constroem sentidos compartilhados acerca do trabalho.

### **Metodologia: o uso do recurso imagético da fotografia na apreensão de sentidos do trabalho**

Optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, privilegiando a compreensão das perspectivas dos participantes. Turato (2003) a define como um método em que o interesse do pesquisador se volta para o aprofundamento dos dados colhidos, para o sentido da fala do participante, dados essencialmente interpretativos e descritivos.

O campo de pesquisa foi composto por cinco Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que desenvolvem cursos de aprendizagem profissional para adolescentes e jovens na Região Metropolitana do Recife - RMR. Participaram da pesquisa 40 jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos que estavam trabalhando como jovens aprendizes nas empresas, e estavam matriculados e frequentando regularmente o curso de aprendizagem profissional nas ESFL.

Na primeira etapa da pesquisa, realizamos a análise documental e 40 jovens participaram, sendo 8 jovens de cada uma das 5 entidades em que a pesquisa foi realizada. Os participantes voluntariamente responderam à ficha sociodemográfica e ao

questionário de associação livre de palavras com o termo indutor *Trabalho*. Na segunda etapa, foram sorteados 10 jovens entre os participantes da primeira etapa. Este grupo realizou registros de fotografias sobre o que entendiam que é o trabalho e, em seguida, foram entrevistados, a partir da narrativa sobre a imagem fotografada por eles próprios. O sorteio aleatório dos participantes teve como critério a seleção de apenas 2 jovens, por cada entidade formadora, perfazendo o total de 10 participantes.

O contato com os jovens ocorreu nas salas de aula onde acontecia a parte teórica do programa de aprendizagem. Contamos com o apoio de professores ou pessoas da equipe técnica para o acesso às salas, e em seguida, procedemos à apresentação da pesquisa. Convidamos os jovens a participarem da pesquisa e realizarem a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Em seguida, os aprendizes preencheram a ficha sociodemográfica e, após este procedimento, solicitamos aos jovens que fizessem o registro fotográfico do que era trabalho para eles, e na instrução deixamos claro que poderiam fazer esse registro dentro das empresas<sup>6</sup> onde estavam desenvolvendo atividade profissional ou em algum ambiente de livre escolha. Usamos como instrução da atividade a frase indutora: “registre uma imagem que signifique o que é trabalho para você”.

Marcamos outro dia e hora para que procedessem à devolução das fotos registradas e após a entrega da foto pelos participantes, procedíamos a marcação com agendamento da entrevista. As entrevistas ocorreram no próprio espaço das entidades formadoras, em ambiente reservado e horário previamente combinado, conforme disponibilidade apresentada pelos jovens. O roteiro da entrevista foi composto por eixos temáticos, tais como: informações pessoais e familiares, referências escolares, avaliação do curso de aprendizagem, relatos da experiência profissional. A entrevista ocorreu em dois momentos: no primeiro, seguimos o script do roteiro; e no segundo, exploramos o recurso imagético, convidando os jovens a discorrerem sobre a imagem capturada e suas relações com o que experimentam e sentem acerca do “Trabalho”.

O recurso da entrevista em profundidade permite ampliar a compreensão sobre as crenças, representações, hábitos, opiniões, valores, atitudes construídas pelo sujeito pesquisado. Minayo (2004, p. 99) pontua que a entrevista deve orientar “uma conversa

---

<sup>6</sup>As cenas fotográficas só foram registradas nas empresas em que os jovens trabalhavam quando autorizadas previamente pelo responsável legal da organização.

com finalidade, servindo como facilitadora de abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação”. Quanto ao recurso imagético, a literatura assinala o aumento crescente do recurso fotográfico em pesquisas e que seu uso no campo da psicologia é bastante antigo (TITTONI, 2009). Para Maheirie, Boeing e Pinto (2005), há uma crescente ampliação e importância no uso dos recursos imagéticos, enquanto recursos metodológicos, e que também têm sido utilizados por distintas áreas do conhecimento, tais como a Antropologia, Comunicação social, Sociologia e Educação (MAURENTE; TITTONI, 2007).

Bauer e Gaskell (2008) apontam que o sentido da fotografia, sua percepção e habilidade para especificá-la e descrevê-la poderá ter diferenças entre os sujeitos, devido suas biografias individuais. Sendo assim, acreditamos que o registro fotográfico feito pelos participantes foi uma possibilidade de acesso aos sentidos compartilhados porque,

As imagens fazem ressoar memórias submersas e podem ajudar entrevistas focais, libertar suas memórias, criando um trabalho de “construção” partilhada, em que pesquisador e entrevistado podem falar juntos, talvez de uma maneira mais descontraída do que sem tal estímulo (BAUER; GASKELL, 2008, p.142).

Em relação ao registro fotográfico, todos os participantes da pesquisa tinham celulares ou algum outro recurso tecnológico para realização das imagens fotográficas que foram solicitadas. A coleta das imagens foi seguida do envio à pesquisadora, através de e-mail e aplicativos<sup>7</sup> de celular, uma vez que os jovens já estavam familiarizados com esse tipo de tecnologia, recursos que nos facilitaram o contato e a interação com os participantes para o desenvolvimento das novas etapas da pesquisa.

No que se refere à análise dos dados, a principal técnica para apreciação do material foi a análise de conteúdo, pois, como afirma Bardin (2009), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, de aplicação vasta. Fizemos a transcrição literal das entrevistas, e após a leitura flutuante das falas construídas, buscamos nos impregnar das falas dos sujeitos. Para Bardin (2009), o pesquisador deve estar livre de ideias preestabelecidas, para deixar-se tomar por percepções e impressões sobre o objeto investigado. O processo de análise de conteúdo, de acordo com a autora é feito em várias

---

<sup>7</sup>Os aplicativos foram: Bluetooth e Whatsapp.

etapas: a fase de pré-análise, consiste em fazer a leitura flutuante, depois fazer a formulação das hipóteses e dos objetivos, o processo de dimensão e direção da análise; em seguida, atingimos a fase da exploração do material por intermédio da administração das técnicas sobre o *corpus* e, por fim, chegamos à fase do tratamento dos resultados e das interpretações.

### **Análise e discussão dos resultados: o que os jovens dizem sobre trabalho**

O perfil sociodemográfico dos jovens participantes do programa jovem aprendiz levantado nas Entidades Formadoras sem Fins Lucrativos revelou que houve mudança no público-alvo do programa previsto na política, pois na proposta consta que seria voltado para jovens com baixa escolaridade e pouca renda, o que não correspondeu à realidade encontrada. Chamou-nos atenção inicialmente, a presença de jovens que cursavam o nível técnico ou superior e conciliavam a sua escolarização já avançada com a inserção no programa jovem aprendiz; outros aprendizes apresentaram-se com renda familiar de 5 salários mínimos, o que se opõe ao caráter de programa destinado a jovens de baixa renda. Esses dados nos revelaram a existência de jovens aprendizes com perfil diferente do que foi planejado na política pública e que este jovem encontra no programa, uma porta adicional para o ingresso no mercado de trabalho com mais qualificação e experiência, mesmo que não seja a ocupação definitiva que almeja exercer profissionalmente.

Em relação ao perfil dos 40 jovens participantes, contamos com 14 que se declararam do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Acreditamos que essa diferença na representatividade de gênero deveu-se a dois motivos: não estabelecemos previamente o quantitativo do sexo masculino e feminino e dependemos da participação voluntária dos sujeitos, o que sugere uma maior adesão do público feminino à pesquisa. Esse quantitativo pode sugerir, também, um aumento significativo do público feminino nos cursos de aprendizagem profissional.

No que se refere à faixa etária, tivemos jovens entre 18 até 22 anos. Do total, 28 jovens estavam na faixa etária entre 18 e 19 anos (11 do sexo masculino e 17 do feminino) e apenas 12 no intervalo entre 20 e 22 anos (3 do sexo masculino e 9 do feminino). A Lei da aprendizagem estabelece idade máxima de 24 anos para participação, todavia, algumas entidades estabeleceram como critério de inclusão, idade menor que a mencionada na



legislação. Essa mudança foi justificada por motivos operacionais, porque os cursos de aprendizagem têm duração de 1 até 2 anos e caso o jovem entrasse no programa com 23 anos e o curso tivesse a duração de 2 anos, assim que esse completasse 24 anos precisaria ser desligado e não poderia concluir a sua formação profissional.

No que diz respeito à escolarização, 20 jovens (5 do sexo masculino e 15 do feminino) já haviam concluído o Ensino Médio; 9 aprendizes (6 do sexo masculino e 3 do feminino) estavam ainda cursando o Ensino Médio; 1 jovem (do sexo feminino) estava cursando Ensino Fundamental II; 4 aprendizes (1 do sexo masculino e 3 do feminino) conciliavam o curso de aprendizagem profissional com cursos técnicos em outras instituições; e 6 (2 do sexo masculino e 4 do feminino) estavam inseridos no ensino superior. Em síntese, a análise destes dados nos mostra um perfil de participantes do programa com predominância do sexo feminino com idade entre 18 e 19 anos, grande parte já concluiu o Ensino Médio e estão conciliando o programa jovem aprendiz com outros cursos de nível técnico ou superior. Esses resultados nos revelam o programa jovem aprendiz como uma oportunidade de geração de renda para esses jovens.

Os resultados da análise temática dos conteúdos das entrevistas nos indicaram representações sociais de trabalho compartilhados pelos jovens aprendizes relacionados ao sentido do senso comum mais universalizado: *atividade inerente ao ser humano, meio de sobrevivência*; para outros, emergiu o sentido mais recentemente propagado pela sociedade meritocrática que apresenta o trabalho como meio de *ascensão social, independência*; e para outros, emergiu o sentido crítico e democrático do trabalho impregnado da *responsabilidade coletiva e sentido de direito*.

No sentido do trabalho como atividade inerente ao ser humano, foram assinaladas as seguintes temáticas associadas: *dignificação do homem; valores morais; rotina*. Estes sentidos inatos e valorativos revelaram que os jovens atribuem ao trabalho representações relacionadas à dimensão ontológica do ser humano, ou seja, o trabalho é representado como elemento fundante do ser social (DEJOURS, 2004; ARENDT, 2007). Vejamos uma ilustração deste sentido inato e dignificante atribuído ao trabalho e que foi verbalizado nas entrevistas e, também, foi expresso no registro da fotografia:

### FOTOGRAFIA 1- Um trabalho humilde



(...) O esforço dele, de acordar de manhã cedo! (...) Tem ele ajeitando as coisinhas dele pra vender... A dignidade dele! O caráter de se acordar de manhã cedo! Sair pra trabalhar e buscar o pão de cada dia para os filhos dele e pra ele e de um jeito honesto! Do jeito de ser que é um trabalho... Trabalho honesto e bem visto! (Jabez, 18 anos).

Neste sentido, o trabalho tem a conotação inatista de ser um aspecto da constituição da subjetividade humana e formador dos valores sociais: *ser honrado e ter respeito social*. Amazarray et al. (2009) apontam de modo similar ao que foi encontrado entre jovens da Região Metropolitana de Recife, aparecendo o caráter moral do trabalho, pois segundo o autor, existe a ideia socialmente compartilhada de que “ser bom” é ser trabalhador. Esses dados indicam, ainda, que há uma correlação entre os valores morais do trabalho e as ocupações as quais são atribuídas baixo “*status*” social. Encontramos para estes jovens participantes que quanto mais desvalorizado socialmente é o trabalho, maior correlação à moral e aos valores sociais.

O trabalho como *meio de sobrevivência*, por sua vez, nos apresentou a dura realidade das famílias de camadas populares que não conseguem mais ser provedoras de seus filhos e a condição de aprendiz apareceu como aquele que contribui para ajudar na renda familiar; além do autossustento com os próprios gastos pessoais e sociais. Vejamos nas falas as explicações autorreveladoras dessa situação do jovem provedor:

Como a gente recebia o ticket... Eu dava o ticket para mainha! E ajudava a pagar a luz, água, com o dinheiro que eu recebia eu dava a ela pra ela fazer feira! (Sarah, 21 anos).

Eu ajudo a minha família e eu compro meus materiais de uso próprio para mim! (...) é 360,00, eu fico com 160 e dou 200 a ela (mãe), e aí quando ela (mãe) já tá sem dinheiro... Aí eu dou o dinheiro do gás! Compro! Ajudo! Eu fico com 160! (Jabez, 18 anos).

*O trabalho para ajudar na renda familiar* foi o principal motivo citado pelos jovens, para participar do programa de aprendizagem profissional. Eles disseram que fazem o investimento de tudo o que ganham para o sustento imediato da família que depende, exclusivamente do jovem, para sobreviver. Outros, nos informaram que utilizam a renda recebida no programa para pequenas despesas, tais como pagar conta de energia, água, compra de alimentos, reforma, roupas para os irmãos, entre outras formas de ajudar a família que não mais responde por ser provedora. Para alguns poucos, esta renda tem o sentido de uma ajuda a longo prazo, pois veem o trabalho como aprendiz, como um meio de fazer economia monetária para investir no futuro profissional.

No que se refere à utilização do salário de aprendiz para ajudar no orçamento doméstico, Amazarray et al. (2009) menciona a família como a principal responsável pela inserção dos jovens precocemente no ambiente profissional, devido à necessidade de subsistência pessoal e familiar, além do mais, é uma estratégia para os jovens terem acesso a bens de consumo que seus pais, não teriam condições de lhes proporcionar.

A utilização da *remuneração para suprimento dos gastos pessoais e sociais*, também foi predominante no discurso dos jovens: comprar roupa, sapato, material de higiene pessoal, comida, celular, livros, carteira de habilitação, pagar dívidas, suprir gastos com lazer, atividades em grupo com os amigos, entre outros objetos de consumo desejados pelos jovens e não possíveis de provento pelos familiares, foram alguns dos itens que emergiram das falas, como apresentamos abaixo:

Rapaz, eu compro livro... compro roupa também né? (Risos), lógico!!! Botava crédito no meu celular... (Sarah, 21 anos).

Com meu salário? Eu buscava assim... Suprir meus gastos, porque já aliviava um pouco em casa...Aí comprava algumas coisas pra mim, dava pra comprar algumas coisas pra minha mãe também! Comprava roupas, sapatos, comprei um celular! Juntei e consegui comprar um celular! (Marta, 22 anos).

A possibilidade de os aprendizes custearem seus próprios gastos traz, segundo eles, uma sensação de independência e autonomia, seja no uso em itens básicos, seja em gastos supérfluos e que para eles se tornam essenciais diante dos apelos ao consumo. Nesta perspectiva, Dayrell (2007) traz a questão de que a condição juvenil só é vivenciada por grande parcela dos jovens, porque estes trabalham e garantem o mínimo de recurso para o lazer, o namoro e o consumo. Além disso, o mundo do trabalho apresenta-se para o jovem como mediação efetiva e simbólica no seu processo de experimentação da condição juvenil.

Quando dizem da economia que fazem para investir no futuro profissional o sentido adotado está relacionado ao hábito de alguns jovens guardarem dinheiro para investir em cursos de formação técnica ou superior, ou ainda, na busca por qualificação em cursos de línguas, com o objetivo de continuar seu aprimoramento profissional. Vimos, assim, que os jovens estão preocupados em atender às exigências do mercado de trabalho e conquistar um emprego com melhor remuneração e prestígio social, como aparece no extrato abaixo:

(...) eu tenho o hábito de juntar dinheiro! Mas geralmente eu gasto com livros e... Essas coisas... Roupas e tal, mas também, tô guardando pra poder fazer um curso de língua estrangeira e tal! É também uma coisa que pretendo entendeu? (Kaleb, 18 anos).

A utilização de parte do salário recebido como aprendiz, para investir no futuro profissional, como a qualificação em idioma estrangeiro, aponta que eles não são dos extratos mais pobres da população e podem nutrir o desejo de conseguir um trabalho estável e duradouro e a estratégia visualizada por esses é continuar investindo na formação profissional, e assim, terem condições de alcançar sua meta para o futuro. Certamente, essa situação só é possível aos jovens oriundos de famílias mais abastadas financeiramente.

A terceira temática que emergiu, *o trabalho relacionado à ascensão social*, tem o sentido de melhorar as condições de vida e de seu futuro pela aprendizagem de atividades ocupacionais. Ou seja, pelo trabalho como aprendizes eles acreditam que terão oportunidade para novas ‘portas’ profissionais, o que significa a chance de “ser alguém

na vida” como é apresentado no senso comum. Vejamos o que disseram a este respeito nas entrevistas:

É uma forma da gente trabalhar, procurar nossos objetivos né? Da gente se formar! Ser alguém na vida! (Deborah, 21 anos).

(...) tem que está buscando os seus melhores... para você buscar o seu melhor, você tem que trabalhar! Tem que trabalhar estudando! Tem que trabalhar pra tudo! Trabalho pra mim é isso... Se você vai estudar, você tá trabalhando!!! É a mesma coisa de você está trabalhando! Você está estudando para chegar naquele lugar né, se formar e a mesma coisa é o trabalho (...). (Davi, 19 anos).

“Ser alguém na vida, ser profissional e cidadão, chegar a um lugar”, tem para os jovens o sentido da construção de um futuro que lhes proporcione o crescimento em uma carreira profissional e uma mudança de lugar social, mesmo que para tal fim tenham de conciliar trabalho e estudo. Em pesquisa realizada por Sarriera et al. (2001), verificou-se que, para jovens trabalhadores de camadas populares, a inserção no mercado de trabalho representava a chance de transformação de sua realidade social para um projeto de vida mais exitoso.

O *trabalho representado como independência* remete a duas interpretações possíveis: a busca de autonomia com o sentido mais ampliado e a independência financeira. Estas duas conotações estão muito imbricadas porque eles dizem do gosto que o trabalho significa ao não precisarem mais do suporte financeiro dos pais para ter acesso aos bens de consumo, além de ganhar liberdade, decidir o que irá fazer com o dinheiro que ganha com a força do seu trabalho. Vejamos no extrato a seguir esta conotação:

(...) ter seu próprio trabalho! Mandar na sua própria vida! Vamos dizer assim... Aí pra mim trabalho é isso! (...) uma realização profissional... porque você se sente útil trabalhando! Com trabalho você se sente importante! Você busca sua independência financeira, de não tá sempre dependendo da outra pessoa... (Marta, 22 anos).

Sposito e Carrochano (2005) apontam sobre este sentido de autonomia e discorrem sobre o quanto a renda obtida pelo jovem é importante, não só para suprir suas necessidades, mas também, para experimentar o sentido de independência em relação à família.

O sentido do *trabalho como responsabilidade coletiva*, apresentou-se com o significado de coletividade, interação com o grupo, não trabalhar só, união, sentidos que expressam uma visão mais próxima da profissionalidade. Vejamos, abaixo, a fotografia 2 e a fala da jovem:

**FOTOGRAFIA 2-** A união faz a força



Como as pessoas estão tudo de mão dadas... Trabalho é união! Acho que chefe tem que se unir com funcionário para que a empresa cresça! (...) Trabalho... um precisa ajudar o outro, né? Então acho que essa foto tem um monte de mãozinha aí né? É uma só, como se fosse uma só! Então eu acho que todo mundo ajudar! Todo mundo a fazer sua parte! Eu acho que o trabalho vai fluir e vai dá resultado... (Sarah, 21 anos).

Ao falar de união, o jovem nos apresenta que o ambiente de trabalho é representado como um espaço de convivência e construção de relações sociais, nada se faz de modo individual, pois existe uma co dependência entre os setores. Além do trato coletivo, o trabalho é visto como a oportunidade para os aprendizes terem contato com pessoas de universos sociais diferentes dos seus e, assim, significa a possibilidade de desenvolver características pessoais, habilidades sociais (SILVA, 2009; SILVA, 2015).

Um último aspecto destacado pelos jovens, diz respeito ao *trabalho como direito* de todos, independente de diferenças sociais tais como, gênero, classe social e nível de instrução acadêmica. Vejamos a fotografia 3 e o relato do jovem:

**FOTOGRAFIA 3-** Trabalho: um direito de todos

Essa imagem mostra uma senhora organizando uma barraca onde ela vende o artesanato dela! Exercendo o trabalho que lhe é conferido... (...) às vezes a gente acaba banalizando os profissionais que não tem carteira assinada, os profissionais que não têm instrução acadêmica! Mas eles também podem exercer o trabalho! Porque o trabalho é a função que você exerce do seu conhecimento adquirido academicamente ou não... (Kaleb, 18 anos).

Na imagem, acima, o sentido de trabalho compartilhado pelos jovens traz uma ênfase ao trabalho informal e artesanal. Os jovens parecem se apropriar do que circula socialmente na atualidade ao apresentarem alternativas de produtividade e empreendedorismo, além das ocupações formais e emprego assalariado, ao mesmo tempo, parecem ressignificar o lugar do conhecimento adquirido no mundo da vida e que passa a ser visto como complementar ou em paralelo e com a mesma importância do conhecimento acadêmico.

De modo geral, os resultados encontrados na pesquisa, nos mostram uma contradição de sentidos e sentimentos vivenciados pelos jovens que tiveram sua primeira experiência de trabalho através do programa de aprendizagem, o que talvez justifique a escolha da foto pelo trabalho informal. De um lado, apontam os ganhos sociais adquiridos por meio das relações sociais construídas no ambiente de trabalho e do curso; por outro lado, parecem querer ressignificar o lugar da autoria na produção mercantil. Nas entrevistas, os jovens justificam a escolha pelo trabalho informal quando demonstram se sentir excluídos e desvalorizados pelos empregados das empresas em que desenvolvem sua prática profissional:

(...) ele (aprendiz) trabalha, mas ele não é reconhecido como trabalhador! Ele está trabalhando, ele está fazendo o seu dever, ele está fazendo seu trabalho, ele está realizando... Só que infelizmente para algumas pessoas ele não se torna um trabalhador! (...)a gente acaba se sentindo inferior né? Entre as pessoas... porque os funcionários tinham direito, a gente como jovem aprendiz não tinha direito. (Abigail, 19 anos).

Dos dez jovens entrevistados, oito revelaram já terem experimentado o sentimento de exclusão, preconceito e indiferença, no espaço de trabalho. Disseram que para algumas pessoas das empresas que trabalham, o jovem aprendiz é visto como alguém que está apenas para “passar o tempo”, “ganhar dinheiro fácil”, “andar para entregar papel” e “apenas para cumprir cota do MTE”, não tendo responsabilidade e atividades específicas. Relataram, ainda, situações em que os funcionários não lhes atribuíam demandas de trabalho, por falta de confiança ou receio de que não poderiam realizá-las.

Nesta pesquisa, identificamos também que os jovens não se reconhecem como trabalhadores, mas como pessoas que estão em processo de formação e aprendizagem, para se tornar um “trabalhador”. O sentido construído de não se sentirem um “trabalhador” é devido, principalmente, à falta de reconhecimento destes, por parte dos funcionários da empresa, que os veem como um ‘corpo estranho’ ao ambiente de trabalho, e assim, os jovens ocupam um “*não lugar*” dentro da empresa.

A partir das análises apresentadas podemos afirmar que o trabalho marcado pelo estigma social de desprestígio e não valorização é ancorado pelos jovens como uma atividade honrada e que merece respeito social, mesmo que os pais e/ou responsáveis dos jovens ocupem, em grande parte, funções precarizadas e de baixo prestígio social. Este sentido valorizado pelos jovens expressa a ressignificação do trabalho que constroem, não pelo prestígio social que dadas profissões ocupam, mas pelos valores morais e herança religiosa associados a essa atividade, o que remete à dimensão simbólica disseminada no senso comum e que se mantém íntegra a despeito das transformações do mundo do trabalho e dos apelos da sociedade do consumo: o trabalho representado com o sentido de esforço, luta, “ganhar o pão com o suor do rosto”.



## Considerações finais

Na retomada ao objetivo deste estudo ao analisar os sentidos de trabalho compartilhados por jovens participantes do Programa de Aprendizagem Profissional de Entidades Formadoras sem Fins Lucrativos em Pernambuco foi possível verificar nos resultados encontrados, uma mudança tanto no perfil do programa, como também, na finalidade em “*ser jovem aprendiz*”. Esta oportunidade é vista pelos jovens como o contato inicial com o mercado do trabalho e, ao mesmo tempo, partilham a crença de que podem continuar o processo de escolarização para futuramente alcançarem postos de trabalho com melhor remuneração e prestígio social.

Neste sentido, podemos afirmar que há uma contradição com relação à política do programa, uma vez que, essa visa qualificar profissionalmente jovens para ocupar cargos e funções subalternas e suprir às demandas do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, os aprendizes veem o programa como a chance de terem ascensão social, pois não existe interesse por parte dos jovens em continuar na empresa, após a conclusão da formação profissional. A atividade desenvolvida como jovem aprendiz tem, segundo os jovens, o objetivo de qualificar seu currículo, ser fonte de aprendizagem inicial e/ou mesmo o meio financeiro de continuarem sua formação profissional, entretanto, almejam para si, melhores lugares de trabalho, seja na relação formal, seja na informalidade.

Pode-se afirmar com base nos dados encontrados nesta pesquisa que o trabalho tem um sentido valorizado para os jovens, além dos aspectos financeiros para suprir as necessidades de sobrevivência sua e de sua família. A representação social do trabalho para os jovens participantes do programa jovem aprendiz tem o sentido de autonomia e independência em relação à família e se constitui como um rito de passagem para a vida adulta, posto que acreditam que a experiência da primeira prática profissional traz o desenvolvimento de características pessoais que outrora não tinham. Muito embora, os jovens se sintam excluídos e desvalorizados, neste ambiente profissional, permanecem porque é a chance de continuarem estudando e sobrevivendo. Pareceu-nos que este modelo de qualificação e inserção profissional está mais a serviço dos interesses do capital, ao invés de ser uma prática para libertação dos sujeitos através do conhecimento e da qualificação.

Em relação ao método, destacamos que a utilização das fotografias como recurso metodológico na pesquisa possibilitou uma maior proximidade sobre os sentidos de trabalho compartilhados pelos aprendizes e os valores sociais associados à temática. Para Sato (2009), o uso de fotografias em pesquisa social desencadeia, espontaneamente, comentários importantes facilitando a compreensão e o entendimento da realidade vivenciada pelos sujeitos; seu espaço de trabalho, sociabilidade e organização. Concluímos que a utilização de fotografias como recurso metodológico nos permitiu uma maior aproximação e espontaneidade sobre os significados do trabalho, considerando que os jovens escolheram o foco sobre o qual iriam discorrer, então, este recurso nos permitiu interpretar os resultados que estes sentidos estejam nas crenças e visões de mundo desses jovens.

Outro achado interessante do estudo é que os jovens enxergam outras possibilidades de sobrevivência, de realização, e de inserção social, para além do trabalho formal: apontaram o trabalho autônomo, informal e empreendedor como uma estratégia alternativa mediante as atuais configurações do mundo do trabalho decorrentes do modo de produção capitalista. Se por uma parte, esta inserção garante o trabalho e a sobrevivência e apresenta os jovens das camadas populares sintonizados com o que é anunciado no momento econômico, por outra, entendemos que a precarização da vida pode levá-los ao desestímulo em relação à continuidade da escolarização, por compreenderem, desde a exclusão inicial no ambiente de trabalho nas empresas na situação como aprendiz, que pela questão de classe social, não terão chance de competitividade e de um lugar social reconhecido.

## REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya et al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia Teoria e Pesquisa** [online], v. 25, n. 3, p. 329-338, jul./ set. 2009.

ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e trabalho**: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. São Paulo: IPEA, n. 38, nov. 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

Tópicos Educacionais, Recife, v. 24, n.2, p.146-173, jul/dez. 2018.  
Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/>>

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei Federal 8.069**, de 13 julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Políticas de Juventude. **Lei 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:  
< [http://portal.mte.gov.br/politicas\\_juventude/2000.htm](http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/2000.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: MTE, Assessoria de comunicação, 2014. Disponível:  
<[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A454D74C101459564521D7BED/manual\\_aprendizagem\\_miolo.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A454D74C101459564521D7BED/manual_aprendizagem_miolo.pdf)>. Acesso em 30 mai. 2018

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Políticas de Juventude. **Decreto 5.598**, de 01 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://portal.mte.gov.br/politicas\\_juventude/2005.htm](http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/2005.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Políticas de Juventude. **Portaria nº 723/2012**. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/politicas\\_juventude/2012.htm](http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/2012.htm)>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

CRUZ, Fatima Maria Leite. **Expressões e significados da exclusão escolar: representações sociais do fracasso escolar por professores e estudantes da Educação Básica e Superior**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5/6, n.24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p.1105-1128, out. 2007.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004.

BLANCH I RIBAS, Maria Josef. Trabajar en la modernidad industrial. In: BLANCH I RIBAS, Maria Josef (Org.). **Teoría de las relaciones laborales: Fundamentos**. Barcelona: Editorial UOC, 2003. p. 19- 148.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 25- 54.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua 2017**. 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em 24 mai. 2018.

JODELET, Denise. “Définitions de ‘Préjugé et Représentation sociale ’”. In: **Grand Dictionnaire de la Psychologie**. (Org.). Paris: Larousse, 1991.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MAHEIRIE, Kátia; BOEING, Patrícia; PINTO, Gissele Cristina. Pesquisa e intervenção por meio da imagem: o recurso fotográfico no cotidiano de varredores de ruas. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v.36, n.2, p. 213-219, 2005.

MAURENTE, Vanessa; TITTONI, Jaqueline. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. **Psicologia e Sociedade**, Minas Gerais, Associação Brasileira de Psicologia Social, v.19, n.3, p. 33-38, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio de conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v.25, n.105/106, p. 139-165, 1990.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SARRIERA, Jorge Castellá et al. Formação da identidade ocupacional em adolescentes. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Sul, PUCRS, v. 6, n.1, p. 27-32, 2001.

SATO, Leny. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, USP, v. 12, n. 2, p.217-225, dez. 2009.

SILVA, Karla Kely Rogério. **Juventude e trabalho: representações sociais de trabalho por jovens aprendizes na cidade do Recife-PE**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Renata Danielle Moreira. “**É a mesma coisa só que é diferente**” representações sociais de honra para adolescentes inseridos em contexto de aprendizagem profissional. 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SPOSITO, Marilia Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventudes e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005. p. 87-127.

SPOSITO, Marilia Pontes; CARROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social- Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, USP, v.7, n. 2, p. 141-172, 2005.

TITTONI, Jaqueline. Sobre psicologia e fotografia. In: TITTONI, Jaqueline.(Org.), **Psicologia e Fotografia**: experiências em intervenções fotográficas. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote. 2009. p. 7-23

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

WATARAI, Felipe; ROMANELLI, Geraldo. Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares. In: Simpósio internacional do adolescente, 1, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 17 maio 2018.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego**: uma perspectiva histórica. Disponível em:<<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-05.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2017.